

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA INFÂNCIA: SOBRE AS LIMITAÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA CIDADE

Ana Lucy Oliveira Freire

Prof. Dra. do Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG/CCHN/UFES
alucy.freire@gmail.com

RESUMO

O propósito principal deste artigo é discutir o problema da ausência de bens e serviços que estão para além do que se proclamam como básicos voltados para o lazer nas cidades. A motivação dessa discussão é o entendimento de que, embora sabedores da problemática que afeta os grandes espaços urbanizados, os poderes público – estado – o setor privado, além da própria sociedade não avançam no reconhecimento e na busca de caminhos tendo em vista uma cidade que proporcione uma vida melhor aos cidadãos, especialmente para as crianças, abstraídas nesse processo. A temática lazer passou a merecer mais atenção da Geografia quando se relaciona o tema à reflexão acerca da problemática urbana, destacando-se o processo de produção do espaço urbano. Buscou-se construir uma análise com abordagem crítica partindo de aspectos e elementos fenomênicos da paisagem retomando os processos históricos da formação dos bairros escolhidos como recorte espacial no contexto do processo de urbanização. Destacamos nas pesquisas empíricas as tendências do tipo de lazer que o público infantil usufrui utilizando equipamentos novos em espaços que resultam de projetos de urbanização recentes, mas também a existência de formas e modos de brincar que ainda resistem e se desenvolvem nos bairros estudados em Vitória, ES.

Palavras-chave: Lazer. Cidade. Atividades lúdicas. Espaços públicos.

PUBLIC RECREATION IN CHILDHOOD: THE LIMITATIONS ON ACTIVITIES OF LEISURE IN THE CITY

ABSTRACT

The main purpose of this article is to discuss the problem of lack of goods and services which are beyond what is proclaimed as basic aimed at leisure in cities. The motivation of this discussion is the understanding that, while cognizant of the problems affecting large urbanized areas, the public powers - state - the private sector, and the society itself does not advance the recognition and the search for ways towards a city that provide a better life for city dwellers , especially children, abstracted that process. The thematic leisure began to receive more attention in geography as it relates to the theme of reflection on urban issues, especially the process of production of urban space. We sought to build a critical analysis approach starting from phenomenal aspects and elements of the landscape resuming the historical processes of the formation of neighborhoods chosen as spatial selection in the context of the urbanization process. Highlight trends in empirical research the type of recreation that the public child enjoys using new equipment in spaces that result from projects of recent urbanization, but also the existence of forms and modes of play that still resist and develop the neighborhoods studied in Vitoria, ES.

Key words: Leisure. City. Children's play. Public space.

Recebido em 13/02/2014
Aprovado para publicação em 08/06/2014

INTRODUÇÃO

A pesquisa acerca de uma questão socioespacial que chama a atenção da sociedade é a razão de nos debruçarmos sobre seu entendimento e análise. É o caso da ausência de espaços de lazer nas cidades brasileiras, tema que não é novo para as ciências humanas e sociais, mas que tem merecido atualmente bastante destaque nos meios de comunicação, não por coincidência no momento em que a sociedade vem cobrando do estado mais investimentos em bens e serviços públicos.

Nesse sentido, o texto, que é parte de uma pesquisa mais ampla, lança os primeiros resultados, os quais objetivam somar com os debates e análises sobre o lazer que, embora ainda não tenha destaque no desenvolvimento do pensamento geográfico, vem ganhando importância no âmbito dessa ciência, sobretudo quando a temática está relacionada ou é discutida no atual contexto da realidade socioespacial da sociedade contemporânea. Dito de outro modo, o assunto lazer passou a merecer mais atenção da Geografia, em especial da Geografia Urbana, quando se faz uma reflexão acerca da problemática urbana, destacando-se a grande cidade (MASCARENHAS, 2010).

A grande cidade, por seu caráter concentrador, acumula problemas e possíveis soluções; atraiem, expulsam e segregam os indivíduos segundo a lógica que impõe a produção, a circulação e o consumo com rapidez. O próprio espaço urbano cresce em ritmo frenético. Nesse processo, moradores e governantes abstraem a importância de espaços e tempos para a vida, através de diferentes práticas sócio-culturais de lazer, a exemplo das atividades lúdicas. Nesse processo em que a cidade é cada vez mais o lugar da produção e a vida se volta para o processo produtivo, as relações do indivíduo com o espaço se limitam ao habitar e o trabalhar; se restringe a casa e ao local de trabalho, dificultando ou impossibilitando a experiência do espaço, e a relação com o mundo se estabelece no plano micro (CARLOS, 2001)

A mídia não se cansa de espetacularizar o “caos urbano”, ou, o que os meios de comunicação de massa denominam de “problemas da cidade”: o trânsito e a brutalidade que o mesmo provoca nas pessoas, a violência, muitas vezes gratuita, que causa medo e afugentam moradores em busca de segurança dentro das muralhas dos condomínios fechados, as catástrofes naturais que afetam principalmente os mais pobres, as epidemias e tantos outros fatores já citados representam o que se denomina de “prato cheio” para os jornais e programas de televisão.

O ponto de partida para refletir sobre o assunto é o entendimento de que, embora sabedores da problemática que afeta os grandes espaços urbanizados, os poderes público e privado, e a própria sociedade, não avançam no sentido de discutir, de fato, os reais motivos que provocam o que se denomina de “desordem urbana”, “caos urbano”, ou, ainda, “crise urbana”, acima de tudo metropolitana.

Esses espaços são atualmente estratégicos para os poderes público e privado no que se refere ao crescimento econômico. Assim, confere-se aos mesmos enorme relevância, uma vez que dinamizam diversos setores da economia; interligam-se no interior de um território que se constitui como região-chave, onde são criadas todas as condições para que a mesma cumpra, assim, papel fundamental na reprodução do capital.

Dentre tais condições, o poder público facilita e o setor privado cria nas cidades áreas excepcionais em termos de infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços da melhor qualidade pensando em atender as demandas da vida cotidiana planejada conforme os processos produtivos e de consumo de alguns poucos grupos sociais, os quais são privilegiados no acesso aos espaços para as atividades de lazer e de cultura. No entanto, para a grande maioria dos moradores, a realidade continua sendo um cotidiano pobre que se resume à rotina do trabalho.

A intenção do artigo, repetimos, é discutir a ausência de bens e serviços que estão para além do que se proclama como “básicos” voltados para o lazer dos moradores. Além da existência dos equipamentos e infra-estrutura geral que possibilitem o surgimento de espaços coletivos voltados para o lazer e o desenvolvimento de recreação e cultura, é preciso refletir acerca de

caminhos, os quais, se não ajudam na busca por uma cidadania mais ampla, pelo menos torna mais humana a vida nas cidades.

Metodologicamente, buscou-se refletir o tema a partir de uma abordagem crítica e reflexiva da Geografia e outras ciências humanas e sociais, partindo de aspectos e elementos fenomênicos, isto é, da própria paisagem, retomando os processos históricos da produção e das dinâmicas dos espaços, analisando criticamente a realidade atual no âmbito da tendência de urbanização dos lugares. Portanto, não se trata de um método, mas a conjugação de métodos, a saber, histórico-fenomenológico-marxista crítico, apoiados em prévias discussões, revisões bibliográficas, pressupostos teóricos e levantamento de material empírico.

Em outro momento foi feita a sistematização de todo o material qualitativo. Em termos quantitativos, os trabalhos de campo foram parte relevante da pesquisa em andamento que resulta no presente texto, os quais foram baseados em observações, anotações e análises de elementos e características da dinâmica de cada recorte espacial previamente definidos, dispostos em imagem de localização. Um levantamento histórico dos recortes espaciais possibilitou o desenvolvimento de um trabalho que representa o ponto de partida para pesquisarmos o tema em toda a cidade de Vitória, ES.

Iniciamos o artigo com algumas palavras sobre o lazer visto, hoje, como um fenômeno que dinamiza setores econômicos, mas que é também, mais do que nunca, uma necessidade frente a uma realidade em que o cotidiano é dominado pela produção e pelo consumo intensos. Introduzimos no primeiro capítulo uma discussão acerca do lazer na cidade capitalista contemporânea, onde as relações tendem a ser, cada vez mais, mediadas pelo mercado. Em seguida, discutimos o lugar das brincadeiras/atividades lúdicas na cidade, relacionando o tema à humanização do espaço urbano, pensando uma cidade mais humana, enquanto parte de um projeto de cidadania.

A temática extrapola para o terceiro próximo capítulo, onde colocamos análises e resultados de trabalho de campo realizados em bairros da orla periférica da cidade de Vitória-ES. Nesse último capítulo, destacamos as pesquisas empíricas sobre as tendências do tipo de lazer que o público infantil usufrui utilizando equipamentos novos em espaços que resultam de projetos de urbanização recentes, mas também a existência de formas e modos de brincar, ou seja, de atividades lúdicas que ainda resistem e desenvolvem-se em lugares onde a própria natureza e outros recursos são as possibilidades para as brincadeiras evoluírem, exatamente em bairros que reclamam por obras e projetos urbanísticos.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O LAZER NA CIDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA A FAVOR DA HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

O debate acerca da cidade capitalista atual não abre mão de uma reflexão sobre o tempo, como já apontado, isto é, o uso do tempo, o emprego do tempo no contexto em que esse tempo é, cada vez mais, cooptado para o tempo no processo de produção e de reprodução. Relevante também na discussão é pensar sobre o espaço urbano que resulta desse processo. Para Lefebvre (2008, p. 49), “o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc.”.

Na contemporaneidade, a consolidação e expansão de uma sociedade da produção e do consumo cooptam, cada vez mais, o tempo livre do trabalhador, dirigindo esse tempo para a aquisição do lazer-mercadoria. São inúmeros os produtos da denominada cultura de massas à disposição. Proliferam-se nas cidades os locais, os abrigos onde essas mercadorias são compradas como lazer; esses lugares, eles próprios, transformaram-se em lazer, a exemplo dos *shopping centers*, símbolo da modernidade das cidades atuais.

Civilizações antigas já desfrutavam de momentos destinados ao “lazer”: jogar, assistir espetáculos, atuar, comemorar, brincar, etc., fazia parte da vida cotidiana dos cidadãos. Os romanos são exemplares no uso de tempo livre para o desfrute de outras atividades, numa época em que o trabalho não era a mola mestra das sociedades, e tão pouco tinha tempos e espaços sociais fragmentados (GOMES, 2006).

Decorreram-se séculos para que, na era moderna, no contexto do capitalismo como modo de produção hegemônico, o lazer passasse a ter outro sentido e objetivos. Ao longo do segundo

momento do processo de industrialização em países do hemisfério norte, as pessoas (homens, mulheres e crianças) trabalhavam tanto que se tornavam improdutivas, o que levou os industriais a repensarem as longas jornadas de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores, concedendo-lhes mais tempo para o descanso.

Compreendendo a necessária recuperação da força de trabalho, com o passar do tempo o sistema produtivo viabilizou o lazer a seu serviço. Esse “tempo livre”, no entanto, não deveria ser usufruído de qualquer forma, isto é, em diversões degradantes física e moralmente. “Em vez de se entregarem ao alcoolismo, aos jogos de azar, ao ócio e outros vícios, os trabalhadores deveriam fazer bom uso do tempo liberado do trabalho, ocupando-o com atividades consideradas saudáveis, educativas e socialmente úteis”. (GOMES, 2006, p. 175). Enriquecendo o debate entorno da questão do tempo e as transformações da vida cotidiana, Seabra (2008, p. 125) destaca:

Pensando o tempo, vê-se que a conseqüência mais imediata e direta foi a de ter que administrar o uso do tempo. A noção de perda, de diminuição ou de ganho de tempo condicionou, em termos práticos, a relativização da gratuidade do tempo em relação às estruturas da modernidade; esta é a nossa questão. A modernidade cria a entrada no mundo do trabalho, no mundo da tecnologia aplicada ao mundo do trabalho. E a modernização da cidade, relacionada à urbanização, com os conteúdos em constante transformação, está nesse fluxo. É, portanto, nos quadros da vida urbana que aquele tempo, que não era tempo produtivo, passaria por enquadramentos sucessivos. Até o ponto em que todo tempo tende a ser produtivo, tempo quantificado pelo dinheiro.

Quando se relaciona o tema lazer e cidade, sobressaem no âmbito dos debates nas ciências humanas e sociais, análises e discussões acerca da ausência de equipamentos e infraestrutura pública nos espaços urbanizados, os quais ajudam as práticas de lazer, tais como: praças e jardins públicos, parques, complexos esportivos, academias ao ar livre, etc. Não menos discutido, uma vez que se trata de pauta relevante, diz respeito aos estudos e pesquisas acerca da dimensão econômica do lazer nas cidades sobrepondo-se a outros valores. Krippendorf (2003, p. 37), reforça tal constatação afirmando: “as cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento dos seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho, incompatíveis com uma vida plena.”

Essa cidade da produção funciona como uma máquina que não pode parar. Obriga os indivíduos a seguirem o seu ritmo, e não se permitem tempo para uma vida mais plena e humana. Nesse sentido, o lazer diz respeito ao uso que se faz do tempo disponível de obrigações de trabalho, compromissos escolares, sociais e familiares. Segundo Marcellino (2001, p. 46)

É a manifestação do ócio; é um espaço privilegiado à eferescência do prazer, que atua no campo da subjetividade e favorece modificações importantes de valores, conceitos, significados e representações da realidade vivida.

Tempo liberado das atividades de trabalho e usado livremente pelos indivíduos é o foco da discussão quando a intenção é relacionar o lazer e as possibilidades de uma cidade mais humana. Ou seja, é refletir sobre uma sociedade atual que não pode abstrair o fato de que, o tempo livre dos indivíduos não deve ser destinado tão somente às atividades produtivas e de consumo, ou ao próprio lazer-mercadoria que é parte da lógica do mercado capitalista (PADILHA, 2002).

As cidades no Brasil, especialmente as de grande aglomeração populacional, vivem um ritmo comandado por essa lógica econômica. Esses espaços urbanizados e industrializados funcionam como engrenagens geradoras de riqueza deteriorando a qualidade de vida dos moradores, o que resulta no quadro atual da completa desumanização desses espaços.

É fato que os graves problemas que se abatem sobre as grandes cidades são fruto do desenvolvimento industrial do Brasil nas últimas quatro décadas, cujo papel do Estado foi fundamental enquanto motor da economia beneficiando com suas políticas setores, grupos e

classes econômicas. No bojo desse processo, as elites foram as que mais se beneficiaram, o que podemos verificar, por exemplo, através da melhor localização das mesmas no espaço urbano. São áreas inteiras e bairros privilegiados de bens e serviços, especialmente os de cultura e lazer nas denominadas centralidades da cidade ou da Região Metropolitana. Enquanto isso, enorme parte da sociedade – as classes trabalhadoras –, são empurrados cada vez mais para áreas em processo de urbanização a 30, 40, 50 km ou mais de distância dos centros, terras estas que vão se incorporando à metrópole como solo urbano via especulação de toda ordem.

Conforme Marcellino (1996, p. 26), essa situação é agravada, sobretudo se considerarmos que, segundo as palavras do autor:

Cada vez mais as camadas menos favorecidas da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços, dos equipamentos específicos; justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante.

É na cidade que se quer mais humana onde se constata a urgência na democratização do lazer e do acesso à cultura, ou melhor, aos bens e espaços para usufruto e desenvolvimento culturais. Marcellino (1996, p. 25) considera que “democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos da vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano”.

Não se advoga ou se defende que a prática ou desenvolvimento do lazer pelos moradores exige equipamentos/infra-estrutura própria e específica, isto é, praças e parques equipados, passeios/calçadas e ciclovias dotadas de sinalização moderna, lagoas, beiras de rio e praias altamente equipadas, clubes recreativos públicos, quadras e ginásios esportivos, etc.; nem mesmo se associa o lazer ao acesso democrático a lugares onde está disposto o anti-lazer, como os passeios nos *shopping centers*, cada vez mais considerados como opção para o tempo livre. Questiona-se, sim, a ausência de espaços públicos livres possíveis de apropriação para as mais diversas atividades de não trabalho, espontâneas ou não, inclusive para o descanso, a contemplação da paisagem, encontro de amigos, conversas, etc.

Pensando na necessidade de se ter cidades mais humanas, é premente, nos dias de hoje, relacionar lazer e qualidade de vida dos moradores, e isso perpassa enxergar o lazer como compromisso de governos em todas as escalas; em criar e implementar políticas públicas visando ampliar o sentido de democracia e cidadania.

SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS E OS NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA CIDADE

Faz-se necessária algumas palavras sobre uma aproximação da Geografia com os temas que relacionam a cidade e as atividades lúdicas da infância, adiantando que, embora essa relação não seja nova, sobretudo na área da Geografia Escolar, quando dos estudos sobre o cotidiano escolar na infância, etc., mas ainda são poucos os que se dedicam nesse percurso teórico no âmbito da Geografia Urbana.

É importante acrescentar, no entanto, que os debates que avançam e contribuem para ampliar as reflexões sobre a cidade e o lúdico, as atividades lúdicas, caminhando em direção ao desvendamento da sociedade urbana que não prescinde do controle e da gestão do tempo. Crescem os estudos no contexto da análise e do entendimento acerca da cidade produtivista e consumista, onde o tempo do brincar, do criar sem finalidade, sem um fim imediato é cooptado. Essa realidade urbana também coopta esse tempo das crianças, as quais, cada vez mais, têm um cotidiano prenhe de compromissos. Seabra (2008, p. 133), no seu trabalho sobre as práticas lúdicas do futebol em São Paulo, discutindo o ócio e o lúdico no contexto da máxima da sociedade do trabalho em que tempo é dinheiro, assinala:

Enquanto esse ócio existe, o lúdico tem possibilidade de acontecer nesse tempo possível, porque o lúdico é um atributo humano. O ócio não é o lúdico. O lúdico é uma gratuidade, é um dom, é o sentido de dar e de receber, é o estar

disponível, é a disposição, o estar à disposição, isso é o lúdico. Por isso é criativo. [...] Criança tem essa dimensão lúdica expandida [...] Todas as vezes em que agimos assim, racionalizando a situação de existência, enfrentamos e diminuimos a nossa vocação ao lúdico, diminuimos a gratuidade, o dom. Há portanto, uma relação entre o lúdico, o ócio e o negócio.

Um outro campo de estudos sobre essa temática que vem crescendo na Geografia, diz respeito aos trabalhos sobre os jogos e brincadeiras como formas de apropriação e de socialização das crianças no/com o meio urbano. As práticas de vivência na infância destacam os lugares que passam a se identificar com a vida dos indivíduos. O espaço vivido e a percepção do ambiente são temas trabalhados sob o olhar da Geografia Humanista - espaço perceptivo (LOPES, 2013). É o caso das praças, dos campinhos de futebol, das quadras esportivas, dos pátios da escola, da rua, etc., mas também da percepção da criança sobre a cidade, a partir das muitas paisagens que a compõe.

Qual o lugar das brincadeiras como parte do lazer na cidade capitalista atual? Essa pergunta é relevante e norteia as reflexões e análises desse estudo. Nas entrelinhas a intenção é reclamar por espaço e tempo destinados aos momentos livres – do trabalho, da escola, dos compromissos -. Nem por isso, trata-se de requerer espaço “ocioso” e tempo “inútil”. Muito pelo contrário, a idéia é pensar tempos-espaços a favor da humanização socioespacial, sobretudo do espaço urbano, portanto pensando em transformações sociais e espaciais, cujas condições são dadas, também, por processos de socialização que a fase infantil deve passar, através de muitas brincadeiras em casa, na creche, na escola e nos espaços públicos em geral, coletivos ou não. Segundo Lopes (2009, p. 4),

A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. Quando brinca, a criança manipula as imagens, as significações simbólicas que estão imbricadas na impregnação cultural a que está submetida e não apenas desenvolve comportamentos que são prescritos pela cultura e sub-cultura. Sendo assim a criança passa a ter acesso a um repertório cultural próprio de uma esfera da sociedade.

A diversidade (social, cultural, étnica, espacial) é uma marca da cidade. Viver a/na cidade significa conviver e experimentar essa diversidade. Hoje, adultos e crianças vivem na cidade, mas não a vivem; não usam e não se apropriam de diferentes espaços urbanos para as atividades de lazer, a exemplo da prática de brincadeiras. Tendencialmente, mesmo nos bairros onde moram há tempos, as relações socioespaciais dos indivíduos com o lugar estão empobrecidas, pois há pouca ou não há formas de sociabilidade e práticas culturais, devido a vários fatores, sobressaindo àqueles relacionados à falta de áreas livres.

Relações efêmeras que não possibilitam a convivência compõem o cotidiano dos habitantes da cidade, assim como emergem ambientes urbanos que não abrem mão da rapidez em tudo: vender rápido, comprar rápido, consumir rápido, comer rápido e, como não poderia deixar de ser, brincar com brevidade em tempos e lugares determinados.

Com o crescimento desordenado das cidades, agrava-se o isolamento de seus habitantes e a passividade deles diante das decisões que afetam diretamente a sua vida diária. É perfeitamente lógico, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades. Nas grandes cidades atuais sobra pouca, ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 59).

O lúdico, as atividades lúdicas, como as brincadeiras, são importantes no desenvolvimento social da vida dos indivíduos, posto que é parte da vivência em família, em comunidade, em grupo, etc. No entanto, o mercado coopta cada vez mais as atividades lúdicas, transformando-as em mercadorias. Assim, bens materiais e simbólicos, além de serviços entram para o mundo do lazer como objetos a serem comprados (TSCHOKE; RECHIA, 2012). Completando essa ideia Pinto (2007, p. 175) diz:

Dessa forma, são usadas e comercializadas diversões, entretenimentos, brincadeiras e brinquedos, dentre muitos outros difundidos pelas mídias e publicidade, que educam para determinadas escolhas e desejos dos consumidores.

Não se podem abstrair a importância dos equipamentos, os investimentos em infra-estrutura urbana pública e coletiva para fins da prática de lazer, no uso de tempo livre. Também não é possível considerar espaços de consumo como opções de lazer “seguro”. Além de valorizar teatros, salas de cinema, salas de música, infra-estrutura esportiva e outros equipamentos de lazer e cultura, não menos importante é a preservação ou destinação de áreas, de espaços públicos para a prática das brincadeiras, para as festas e jogos de moradores dos bairros, pontos de encontros da comunidade, encontro de vizinhos e amigos e espaços que permitam que as crianças sejam crianças.

É sabido que na cidade contemporânea poucos são os espaços públicos que possibilitam o desenvolvimento e a prática de brincadeiras, especialmente aquelas que representam um legado cultural passado de geração para geração, usando brinquedos e praticando jogos tradicionais, muitos destes manifestados na rua. É exatamente na rua onde ainda há poucas possibilidades de invenção, imaginação, experiência, curiosidade e criação, fatores importante para o desenvolvimento lúdico das crianças, uma vez que nela é possível achar materiais os quais são utilizados para a construção de brinquedos (galhos de árvores, madeira, papel, caixas de papelão, garrafas, plásticos, latas, etc.). Muitas vezes, a própria rua, a calçada, o beco, o quintal, o terreno baldio, o campinho de futebol, a praia, etc., são os palcos de muitas brincadeiras usando brinquedos construídos por elas. A praça, quando ela existe, é, também, um espaço público bastante procurado e que possibilita diversas brincadeiras para as crianças, mesmo com a ausência de brinquedos instalados pelo município, tais como gangorra, balanço, escorregador, cercados com areia, etc.

Brincar de pega-pega, pular corda, pular elástico, jogar pião, bolinha de gude, esconde-esconde, jogar vôlei, jogar futebol, amarelinha, andar de bicicleta, soltar pipa, cinco marias, estilingue, cabra cega, queimada, brincar de casinha e outras brincadeiras e jogos começam de modo espontâneo envolvendo várias crianças. É um momento de socialização, de emoções, pois significa aventura e riscos; demanda espaço e, há 20, 30 anos atrás, a rua era o melhor lugar para a prática dessas brincadeiras.

A rua torna-se palco do desenvolvimento de jogos e brincadeiras coletivas, expressão de uma cultura geracional específica. Nesse sentido, assume um significado de iniciação na vida social. Afirma-se também como espaço de transição entre a esfera privada doméstica, expressa na casa, e a cidade mais ampla, esfera pública por excelência. (GOUVEA; GOMES, 2008, p. 56).

As transformações socioespaciais afetam os indivíduos e a cidade. Alteram-se os costumes, os hábitos, as práticas e o cotidiano da família concomitante às mudanças no espaço urbano, a exemplo da rua que se transformou em sinônimo de perigo. Enquanto isso, “as im(possibilidades) de experiências da infância no urbano contemporâneo vão ganhando contornos e visibilidades que se revelam, cada vez mais, pela privatização, pelo isolamento, por uma vida cotidiana cada vez mais programada e mediada pela cultura do consumo” (DEBORTOLI et al., 2008, pp. 42-43).

Não é difícil elencar vários fatores que dificultam ou impedem o brincar ao ar livre na cidade, em especial na grande cidade. Assim, os espaços fechados, públicos e privados – a casa, a escola, a praça, o parque, etc. -, passaram a ser opções de uso nesses momentos de lazer, posto que representam a “segurança”. Discutindo a necessidade de espaço para o lazer e o brincar da criança, além da preservação dos jogos e brinquedos a favor da produção da cultura pela própria criança, Marcellino (1996, p. 41), assinala:

Uma série de fatores tem contribuído para o desaparecimento gradativo de jogos e brinquedos tradicionais em todo o Brasil, e principalmente nos grandes centros urbanos. Entre eles podemos destacar: o crescimento das cidades, que acarreta uma redução de áreas livres para o lazer; a influência crescente dos meios de comunicação de massas, em especial sobre as

crianças, transformando-as em espectadoras e isolando-as entre si; o grande número de brinquedos industrializados, sofisticados e atraentes; as mensagens veiculadas pela indústria cultural, retratando realidades muito diferentes da nossa; os avanços da informática e a popularização desse setor, notadamente no campo dos jogos, além da abertura de grande número de possibilidades, etc.

Há muito as ruas deixaram de ser um dos principais locais de sociabilidade, de interação dos indivíduos com a cidade e também o palco do brincar. Como a rua, hoje, muitos lugares públicos, são lugares de passagem, de circulação e trânsito cada vez mais rápidos. É, assim, que poucos cidadãos, entre estes as crianças, vivenciam a cidade, interagem com ela, ocupam e usam os espaços públicos urbanos pensados e planejados para a não apropriação. Reforçando esse fato, Marcellino (1996, p. 30), diz: “com relação às ruas, e mesmo que se considerem as praças, quase sempre são concebidas como locais de acesso, de locomoção. Transitá-las é uma aventura”.

TENDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE LAZER: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRINCAR DAS CRIANÇAS EM BAIRROS DE VITÓRIA, ES

Já foi dito anteriormente que o brincar, a brincadeira contribui para o processo de socialização das crianças, seja entre os familiares ou entre amigos no momento das atividades coletivas na rua, na escola, na praia, etc. Não menos importante na realização de relações de sociabilidade, são os espaços públicos destinados ou que possibilitem as atividades lúdicas nas cidades. É fato que esses espaços são criados, inseridos em projetos de urbanização, muitas vezes depois de muitas lutas dos moradores. É o caso de praças com áreas dirigidas à infância, como os parquinhos dotados de brinquedos, os quais, quase sempre, não compõem o universo cultural dos pequenos cidadãos. Assim, é comum observar nesses equipamentos urbanos projetados, crianças brincando sozinhas, comprometendo possibilidades de socialização. Segundo Meira (2004, p. 49),

Há um crescente individualismo que impera nestes lugares públicos, traço narcísico da contemporaneidade, onde o próprio discurso parental e social dirige-se, via de regra, aos perigos do contato com o outro que é apontado como estranho. Evidencia-se o controle exacerbado sobre as crianças, onde o risco de queda, brigas, violência, roubo, seqüestro, é colocado no horizonte da criança que transita pelas ruas e praças da cidade.

As brincadeiras e os brinquedos manifestam a realidade do universo cultural em que a criança está submetida ou acostuada, constituindo-se como parte da sua identidade. Se, de um lado, algumas atividades lúdicas resistem porque os elementos usados na sua criação, assim como os espaços do bairro ainda podem ser apropriados para esse fim, de outro, ocorre a adaptação e incorporação de elementos e relações de outras culturas em contextos da realidade urbana atual, transformando a relação da criança com o espaço. Um novo espaço causa estranheza quando apresentado ao público infantil, mas, aos poucos, se abre às apropriações vividas em brincadeiras (COELHO, 2007).

Na fase do trabalho de campo da pesquisa, escolhemos três bairros bastante representativos para a análise e discussões aqui expostas (ver Figura 1). Neles estabelecemos um roteiro de observações em espaços públicos da orla, principalmente praias, margens de mangue e calçadões, descrevendo, identificando e analisando as brincadeiras que as crianças praticavam nos finais de semana, no início da manhã e no final da tarde, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2013. Nesse sentido, expomos a seguir o desenvolvimento e algumas conclusões do trabalho empírico.

A grande maioria dos bairros residenciais, denominados populares, localizados às margens da baía que contorna a cidade de Vitória, é fruto de ocupações que, as quais compõem páginas na história da cidade. Muitos destes existem há 30, 40, e até mais de 50 anos, como é o caso dos recortes espaciais pesquisados, cujas passagens de suas histórias estão expostas a seguir.

Escolhidos como objetos da nossa pesquisa na sua fase inicial, os bairros Jesus de Nazareth, Ilha das Caieiras e Maria Ortiz têm muito em comum, mas guardam suas particularidades,

como as características físicas da paisagem, pois os mesmos estão localizados nas porções oeste e noroeste da orla da baía de Vitória. Quando se trata do processo de produção do espaço urbano, a idealização e implementação dos projetos de urbanização são similares, assim como os resultados negativos deles.

Em comum, estes bairros têm uma história de existência em função da luta daqueles que os construíram com muita insistência, avançando e recuando na busca pela moradia em meio a conflitos políticos envolvendo interesses e agentes imobiliários, por se tratar de localização bastante privilegiada na cidade. Essas comunidades se assemelham por abrigar classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo, migrantes expulsos da terra em busca de trabalho e moradia, os quais somente nos últimos dez anos puderam realizar melhorias nas suas casas e começam agora a buscar qualidade de vida, contribuindo para transformar a paisagem da cidade.

Os moradores desses bairros têm em comum histórias de vida, raízes culturais originadas em pequenas cidades, vilarejos e no campo, tanto do estado, mas também de outros estados e regiões do país. São histórias de migrantes, os quais trazem consigo tradições e costumes, inclusive as brincadeiras infantis.

As décadas de 1980 e 1990 representam o auge do processo e o contexto histórico da intensa ocupação e adensamento de áreas “sem dono” por sobre o manguezal. Não havia como sobrar áreas/terrenos para a localização de serviços, comércio ou espaços para o lazer, posto que a prioridade era a casa. Esse é outro fator bastante relevante que tornam esses bairros muito semelhantes: as construções residenciais se amontoam não sobrando áreas livres.

Figura 1. Imagem do município de Vitória com a localização dos bairros pesquisados



Fonte: Ortofotomosaico/IEMA/2008-2009

É nesse último contexto, que se percebe as poucas possibilidades de lazer para os moradores, em especial para as crianças. No caso dos bairros escolhidos como recorte espacial da pesquisa, as pequenas faixas de areia, o manguê, as águas da baía, eram, até pouco tempo, os únicos lugares das práticas de lazer, das brincadeiras, espaço das atividades lúdicas: nadar,

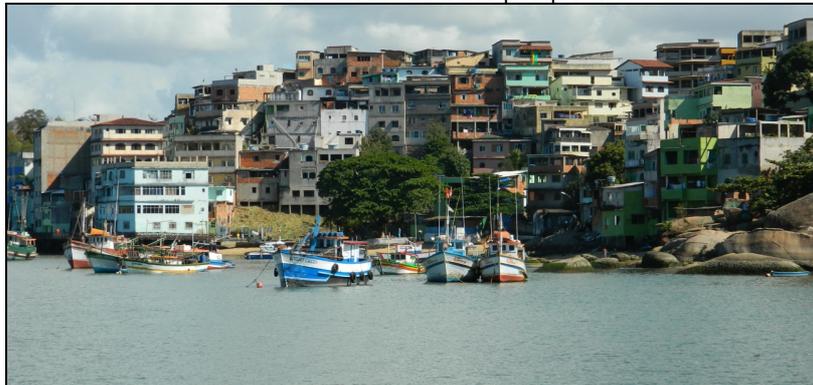
saltar na água, brincar de barquinho, pescar, etc. No entanto, nos últimos 10 anos, vários projetos de urbanização implementados por instituições municipais e estaduais, as quais vislumbram ordenar, modernizar e valorizar toda a orla da baía vem transformando e eliminando os espaços do brincar infantil.

A cidade de Vitória contava com uma população de 348.265 mil habitantes, segundo dados de estimativa (IBGE, 2013). Destes números, o bairro Maria Ortiz contava com 13.197 habitantes, sendo 29% de crianças e jovens na faixa etária de 0-14 anos; o bairro Jesus de Nazareth contava com um total de 2.565 habitantes, sendo 35% na faixa etária citada anteriormente e; o bairro Ilha das Caieiras contava com 1.845 habitantes e 29% de crianças e jovens. No que tange aos dados demográficos, os 3 bairros escolhidos na pesquisa inicial chama a atenção pelo elevado número de crianças, o que ocorre na grande maioria dos bairros localizados nas regiões oeste, noroeste e norte na baía de Vitória.

Dividida por um maciço central, socioespacialmente são “duas cidades”: a da orla leste da baía e região norte, onde está concentrada a maior parte das classes de médio e alto poder aquisitivo, e a da orla oeste e noroeste da baía, habitadas pelos mais pobres, economicamente falando. É nos bairros dessas últimas porções geográficas que se encontram os potenciais de crescimento urbano, de verticalização, de implantação de novos projetos de urbanização públicos e de especulações imobiliárias que tendem a diminuir e até eliminar espaços de lazer aos que estão mais distantes de áreas dotadas de infraestrutura urbana na cidade.

Nos casos pesquisados, o bairro Jesus de Nazareth é o único que foge à realidade mencionada anteriormente, posto que o mesmo localiza-se na região oeste da cidade. O Morro Jesus de Nazareth há pelo menos 60 anos, era denominado de Morro Bento Ferreira por ser considerada uma extensão do bairro Bento Ferreira e extra-oficialmente de “Contestado”, cujo nome está relacionado ao assassinato de um fiscal da Prefeitura, ocorrido em 1956 num conflito com moradores quando da demolição de alguns barracos e expulsão dos ocupantes. A denominação Jesus de Nazaré surgiu em virtude da religiosidade do Sr. João Padilha, então presidente da entidade organizativa do bairro, chamada de Associação dos Amigos de Bento Ferreira, criada em 1964. A partir de 1966, após aprovação da comunidade, a entidade passou a ser denominada de Associação dos Amigos do Bairro Jesus de Nazaré.

Figura 2. Panorama do bairro Jesus de Nazareth. Em destaque pequena enseada (a Prainha) e o porto de barcos da comunidade pesqueira



Fonte: fotografia do acervo da autora, 2014.

A ocupação do Morro Jesus de Nazaré teve início na década de 1950, por famílias que residiam em bairros próximos ao morro e que viviam em casas alugadas. Data de 1954, a construção da primeira moradia, localizada na “Prainha”. O processo se deu de forma “desordenada”, espontânea, gradual e conflituosa. Os novos moradores que chegavam, construíam seus barracos na área de baixada e na orla da praia; especificamente a de Castanheira, denominada “Prainha”, e que, segundo um dos moradores mais antigos, mais conhecido pelo apelido de Bigode “era uma praia limpa, com águas transparentes, muito boa para a pesca e banho de mar”.

Para se chegar à Prainha foi aberto, pelos próprios moradores, um estreito caminho que garantiu a passagem de pedestres, uma vez que na área ocupada predominava intensa

vegetação nativa e árvores frutíferas, ainda existentes. Nos anos de 1960, os moradores definiram e fizeram a abertura da maioria dos acessos existentes, conduzida de modo que a ocupação seguisse no sentido de garantir que as residências não impedissem os acessos. No início, as construções das casas eram todas de madeira e cobertas com telhas de zinco. Não havia água nem energia elétrica. Abastecia-se de água retirada de poço e utilizavam-se lamparinas para suprir a falta de energia. O local era desprovido de qualquer recurso de infraestrutura e saneamento básico.

A intensificação dos assentamentos, adensando cada vez mais o bairro ocorreu na década de 1970. Nesse período, foi concretizada uma política de expulsão de famílias, cujos barracos eram derrubados e incendiados. Os confrontos se intensificaram dessa vez transformou-se em uma luta coletiva, em busca da permanência dos moradores na área e legalização dos loteamentos.

É na Prainha, pequena faixa de areia, cuja paisagem é marcada pela presença de uma antiga e grande castanheira, que muitas crianças brincam de pular na água, principalmente nos finais de semana (figura 3). A localização de uma importante comunidade pesqueira nas proximidades da praia, explica a presença de vários barcos e canoas abandonados servindo de objetos de exploração e de trampolim para meninos e meninas se lançarem na água repetidas vezes. A enorme árvore abriga um grande balanço de corda que ajuda a criançada a se jogar na água. Sob o olhar de adultos, é muito comum observar grupos de crianças se divertindo dentro e fora da água desde que começam a andar.

Figura 3. Crianças brincando na Prainha do bairro Jesus de Nazareth.



Fonte: fotografia do acervo de Douglas Bonella, 2012.

Um dos importantes projetos de urbanização voltados para os bairros ao longo da orla da baía de Vitória - o Projeto Terra - vem intensificando obras, as quais, de um lado, atende as reivindicações de moradores por melhorias e modernização e, por outro, tende a destruir possibilidades de atividades lúdicas das crianças (figura 4). Em Jesus de Nazareth está previsto um projeto de ampliação da praia com a retirada de algumas rochas, além de um calçadão, o que implica na subtração da castanheira que é parte da história do bairro. Segundo líderes da comunidade, servidores da administração portuária pressionam os pescadores proprietários que ali moram para recolherem os barcos que se deterioram na baía.

Figura 4. Crianças brincando em barcos abandonados ou ancorados



Fonte: fotografia do acervo de Douglas Bonella, 2012.

Dona Maria da Conceição, de 78 anos, vinda da Bahia há 60 anos, diz que os velhos barcos compõem a paisagem da beira-mar do bairro e não gostaria que retirassem os mesmos. Ela diz que viu seus filhos crescerem brincando nos mesmos, netos e agora bisnetos se divertem do mesmo jeito. Nas palavras dela, “é uma das poucas diversões que as crianças têm aqui” (figura 5).

Figura 5. Crianças brincando em balanço construído em castanheira da Prainha.



Fonte: fotografia do acervo de Douglas Bonella, 2012.

Na praia, sob a sombra de árvores, os pais observam de perto as crianças de 2 a 12 anos, juntas em grupos de oito a dez brincando na água, quase de uso exclusivo delas. Perguntados sobre as brincadeiras preferidas naquele espaço, os mais velhos não tinham dúvida que preferiam pular d balanço direto na água, nadar e subir e pular dos barcos ancorados a poucos metros da faixa de areia. Essa última brincadeira, segundo os meninos, atraía principalmente porque a aventura de entrar nos barcos abandonados dava a sensação de aventura tal como os piratas.

Outro bairro pesquisado, o bairro Ilha das Caieiras localiza-se às margens da porção oeste da baía de Vitória. Faz parte do complexo demográfico da “Grande São Pedro”, região que compreende 10 bairros.

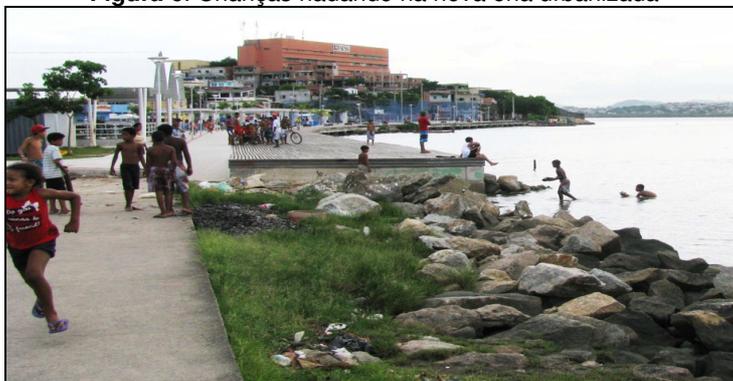
Historicamente, a Ilha das Caieiras foi a primeira área dessa região a ser ocupada, e já aparece nas Plantas da Província do Espírito Santo desde 1878, e no mapa do município de Vitória desde 1938. A ocupação da Ilha das Caieiras teve início na década de 20 do século passado. Têm suas raízes na implantação da fábrica de cal Boa Esperança e no transporte do café produzido nas fazendas do atual município de Santa Leopoldina que, utilizando os rios Santa Maria e Bubu, desembocava frente à Ilha, fazendo desta um ponto de parada antes de alcançar o Porto de Vitória.

O nome Ilha das Caieiras tem suas origens em dois fatores característicos: um geográfico e outro histórico. Geograficamente, no início de sua ocupação, a área estava cercada por um grande manguezal, o qual, por ocasião das marés altas, lhe conferia um aspecto insular. Historicamente, a expressão “caieiras” significa fábrica de cal ou forno onde se calcina a pedra calcária para se fazer a cal. A palavra no plural sugere a disseminação de fornos dedicados a essa atividade na região, além de estar nas proximidades da Ilha da Cal. Todavia, não há notícias de jazidas de calcário em rocha na Ilha das Caieiras, que pudessem fornecer a matéria-prima para a fábrica de cal. O material nesse caso, vinha das ostras abundantes no lugar e em sua vizinhança. Produzida em grande quantidade, a cal era ensacada e levada em barcaças para a Estação Ferroviária Vitória-Minas, sendo exportada para várias regiões do Brasil (Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO, 2006).

A intensa e não planejada ocupação demográfica da Grande São Pedro afetou diretamente a Ilha das Caieiras, provocando uma grande deteriorização nos aspectos naturais da área, principalmente com a degradação do manguezal. Isto reduziu a fonte de alimentos dos peixes e crustáceos e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população ali residente, posto que a poluição da água aumentou demais com o lançamento de esgotos diretamente na baía, provocando mudanças nas atividades econômicas e culturais de muitos moradores (a pesca, catação de mariscos e as brincadeiras na água, em algumas áreas, já não são possíveis – Figura 6).

O bairro possui uma parte baixa próxima ao mangue, que corresponde à maior área ocupada, e uma parte alta chamada de Morro da Ilha, cuja ocupação é mais recente, fruto da retirada de terra para a urbanização dos bairros da Grande São Pedro. Os moradores que residem na parte baixa são os pioneiros e filhos dos primeiros habitantes. Já na parte alta residem os novos ocupantes, que vieram de São Pedro, outros bairros de Vitória e Municípios vizinhos.

Figura 6. Crianças nadando na nova orla urbanizada



Fonte: fotografia do acervo de Douglas Bonella, 2012

A maioria das casas, hoje em alvenaria, mas que já foram palafitas de madeira sob o mangue até pouco tempo atrás, é própria, embora até hoje o governo municipal ainda não regularizou o direito de propriedade dos moradores. Hoje, o abastecimento de água tratada atinge a maior parte das residências, seja de forma oficial ou clandestina, porém o sistema é insuficiente, uma vez que no verão há um déficit no abastecimento. Para atenuar este problema várias casas utilizam como reservatório de água, tonéis de latão, normalmente sem tampa e em condições precárias (Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO, 2006).

Nos últimos dez anos a Região da Grande São Pedro vem passando por intenso processo de urbanização, fruto de projetos, incluídos no Projeto Terra, implantado desde os anos de 1990 com financiamento do Banco Mundial, do Governo Federal e do Governo do Estado. Componente dessa região, o bairro Ilha das Caieiras destaca-se quanto às transformações na sua paisagem, em especial os espaços públicos que receberam estruturas urbanas, a exemplo de praças, píer em madeira, decks em madeira, aterros, calçamentos de ruas, parques infantis, ciclovia, academias populares, espaços de convivência, etc. Impressiona os usos desses novos espaços proporcionando mais lazer e maior relação entre os moradores. A orla urbanizada atrai as pessoas do lugar para ocupar os lugares públicos do bairro, principalmente crianças e jovens que vêm ali opções no tempo de entretenimento.

Quando se trata de espaços para brincar, os usos pelas crianças e adolescentes tem sido intenso, sobretudo nos finais de semana quando o movimento das bicicletas, dos skates, das pipas e das bolas cresce. Os novos espaços construídos para o lazer deram mais vida e dinamismo ao bairro, uma vez que os mesmos se apresentam como alternativas públicas aos moradores em diversos momentos do dia, especialmente nos finais de semana. Mesmo com os modernos equipamentos urbanos, tais como as quadras poliesportivas e parquinhos, as crianças ainda brincam de futebol nas ruas e utilizam a maré para nadar na baía, subir nos barcos e a partir deles saltar na água, além de pescar com os pais ou amigos.

Conversando com as crianças do bairro sobre as brincadeiras no bairro, elas dizem preferir brincar de skate e bicicleta nos espaços novos, mas em casa ainda jogam peão, bolinha de gude, além de outras brincadeiras coletivas na rua em frente à casa, como soltar pipa e futebol. Skates, bicicletas, patinetes e patins são os objetos de desejo das meninas e meninos da Ilha das Caieiras para serem usados no calçadão. As crianças que ali se divertem dizem “não ter nenhuma graça” aproveitar os novos espaços construídos sem esses brinquedos (figuras 7 e 8).

O último bairro estudado nessa fase da pesquisa foi o bairro Maria Ortiz. Localizado na região noroeste da cidade, a história desse lugar começou no início dos anos de 1970, quando era apenas uma faixa de terra desocupada à beira do mangue. Caracterizado como bairro de migrantes, teve sua origem no lançamento de lixo promovido pela Prefeitura Municipal de

Vitória-PMV, amontoados de dejetos que foram avançando sucessivamente sobre o mangue, contribuindo no processo de aterramento. A área era conhecida como "lixão de Goiabeiras", pois a população era composta, basicamente, de "catadores de lixo" que retiravam sua subsistência da comercialização dele.

Figura 7. Orla urbanizada e equipada. Novas formas de lazer na Ilha das Caieiras



Fonte: fotografia do acervo de Douglas Bonella, 2013.

Figura 8. Meninos com novos brinquedos na orla urbanizada da Ilha das Caieiras



Fonte: fotografias do acervo de Douglas Bonella, 2013.

Nessa época, fazia parte da ação da PMV, a urbanização de lotes já consolidadas em áreas de mangue, através de aterro. Atendendo acordos e apelos da sociedade no que tange o fim dos lixões na cidade, o bairro foi quase totalmente urbanizado com obras de drenagem e pavimentação, construção de equipamentos como praças, escolas e posto médico. Contudo, ainda persistia o grave problema das famílias que viviam em palafitas, sob os fios de alta tensão, nos limites do manguezal. Alertados através da imprensa dos riscos de vida que corriam essas famílias, a PMV decidiu, ainda na década de 1980, implementar uma política de desocupação de áreas em estado de alerta.

Ainda nos anos de 1980, foram construídas, em outra área aterrada do mangue, 294 casas populares para as quais transferiram estas famílias. Atualmente, esta área é conhecida como Residencial Maria Ortiz. O grande conjunto habitacional significou parte da transformação da paisagem do bairro, somado a alguns loteamentos "ilegais" e as denominadas invasões, resultaram em enorme adensamento populacional que salta aos olhos quando percorremos ruas e ruelas do local.

Após as obras de urbanização da orla, os moradores de Maria Ortiz contam com um grande espaço de lazer comunitário (figura 9). Em 18,9 mil metros quadrados, a Prefeitura construiu duas quadras poliesportivas com alambrados, pergolados em madeira com mesas e bancos em cimento, uma quadra de futebol *society*, parques infantis, jardins e calçadão com 976 metros de extensão, além de ciclovia. Outro destaque do projeto são os três deques nos principais pontos de pesca do local, os quais substituem as estruturas improvisadas existentes, garantindo maior segurança aos pescadores.

Juntamente com toda essa infraestrutura construída, como parte do projeto de urbanização, a rua principal que circunda o bairro foi toda pavimentada. Se, por um lado, o novo ordenamento espacial criou outra paisagem, valorizando as propriedades e todo o bairro, por outro a fluidez da rua asfaltada tornou a mesma perigosa para as crianças que buscam os novos espaços de lazer e precisam constantemente atravessar entre os carros.

Figura 9. Projeto de urbanização recente na orla do mangue do bairro Maria Ortiz



Fonte: fotografia do acervo da autora, 2013.

O centro recreativo construído na orla do bairro atendeu um pedido dos moradores, realizado por intermédio do Orçamento Participativo. Em função de ser uma área de preservação ambiental, a urbanização foi realizada com base em topografias, visitas aos locais e demandas das comunidades envolvidas, se defende a Prefeitura quando é questionada acerca dos danos ambientais que as obras de urbanização causaram ao manguezal, em especial os grandes aterros subtraindo áreas do mangue.

A improvisação de espaços para o lazer no bairro Maria Ortiz era a única opção local para os moradores antes dos projetos de urbanização. Jogar futebol no campinho de terra batida, pescar no mangue, soltar pipa nos barrancos e outros tipos de recreação aconteciam em áreas livres quando a maré baixava. Nesses terrenos, após grande processo de aterramento, surgiram quadras poliesportivas, parquinho infantil, ciclovia, calçada para caminhada e outras estruturas urbanas enquanto novas opções de lazer. Como parte das transformações socioespaciais, surgiram várias escolinhas de futebol de quadra de areia, educação física aos sábados, vôlei de praia (nas quadras de areia) e outros esportes voltados exclusivamente para as crianças e adolescentes. No entanto, algumas atividades lúdicas envolvendo pequenos grupos de crianças sob a sombra de árvores do mangue, já não ocorrem mais, tais como: construir pequenos barcos e soltá-los na água, jogar bolinhas de gude, brincar com galhos e sementes dispostos no chão com a vazante da maré, pescar com os pais, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É atual nos meios de comunicação em massa, sobretudo na televisão, mas também no meio acadêmico, os recorrentes debates acerca da ausência de espaços de lazer e para o desenvolvimento lúdico e cultural de jovens e de crianças, especialmente após eventos/ocorrência de fatos que resultam da segregação socioespacial a que estão submetidos os filhos das classes de baixo poder aquisitivo no Brasil. Comumente, nas médias e grandes cidades cresce o número de bairros e extensas regiões urbanizadas desprovidos de todo tipo de serviço público. Não menos comum é o crescimento de conflitos quando os excluídos de espaços de lazer buscam outras partes da cidade melhor equipadas para as práticas de atividades socioculturais, sobretudo os jovens.

O tema não é novo, mas as políticas públicas voltadas para a criação de espaços onde as crianças e os adolescentes possam praticar atividades de lazer na cidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, não saem do papel. Quando isso ocorre, geralmente trata-se de paliativos ou a criação de infraestruturas/equipamentos urbanos que não atendem os anseios desse público em termos de quantidade e de qualidade. São muitos os exemplos: *playgrounds*, pista de *skate*, ciclovias, quadras esportivas e outros mal situados, mal planejados e mal equipados.

Em bairros ou regiões onde os poderes públicos ainda não se fizeram presentes, é comum as crianças e jovens criarem e se apropriarem de espaços para diversas brincadeiras e práticas infantis de forma espontânea e utilizando recursos locais para isso. Contudo, os moradores dessas áreas esquecidas clamam por melhorias urbanas, dentre as quais se destaca a construção de espaços para o lazer. Praças, parquinhos infantis, campo de futebol, quadras esportivas, calçadas para caminhada e ciclovias lideram as listas de reivindicações. Não há nada de errado nesse processo, se não fosse a desconsideração dos planejadores em pesquisar, atentar, respeitar e atender as singularidades das comunidades/dos bairros no que tange à manutenção das suas atividades de lazer, econômicas, sociais e culturais. Um exemplo rico em Vitória são as comunidades pesqueiras que vivem há décadas próximos do mar e da baía, as quais têm uma identidade com esses ambientes naturais.

Nesse sentido, reiteramos através de pesquisa empírica, cujo recorte espacial foram alguns bairros da cidade de Vitória-ES, a necessidade de espaços urbanos propícios para que as crianças possam desenvolver plenamente e de forma lúdica as necessárias atividades de lazer, entendendo que essas atividades completam o ser humano numa sociedade que se quer mais humana, democrática e crítica. Porém, a idealização, planejamento e implementação dos espaços e equipamentos devem melhorar, complementar e ampliar projetos que naturalmente já existem, e não destruir os legados culturais.

Uma vez que a pesquisa empírica teve como recorte espacial apenas três bairros da orla da cidade, quando ao final abarcaremos todos os bairros localizados às margens da baía, consideramos como conclusões parciais o fato de que à medida que as comunidades são atendidas com projetos de urbanização, a criatividade e o desenvolvimento das atividades lúdicas das crianças tendem a desaparecer, sobretudo porque os elementos usados no processo criativo de brinquedos e as próprias brincadeiras são destruídos quando da implantação das obras de modernização.

Nesse caso específico, por se tratar de moradores que se adaptaram a viver próximos a um ecossistema marinho, de manguezal, adotando tradições pesqueiras, quando esse meio natural começa a ser ameaçado e destruído, o que sobrevivia enquanto raízes culturais tendem a ser esquecidas e aniquiladas. Assim, os novos espaços fruto dos processos de urbanização são os lugares onde as brincadeiras acontecem.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, F. M.; MÜLLER, V. R. Brincadeiras e Espaços Urbanos: um estudo da prática lúdica de crianças de diferentes classes sociais da cidade de Maringá-PR. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1-29, dez/2010.

DEBORTOLI, J. A. O. et al. As experiências de infância na metrópole. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. de F. A.; MARTINS, S. (Organizadores). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 19-46.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELOS, V.M.R. de (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

GOMES, C. L. Lazer e Cidades: reflexões. IN: BRANDÃO, C. A. L. (Organizador). **As Cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOUVEA, M. C. S. de; GOMES, A. M. R. A Criança e a Cidade: entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. de F. A.; MARTINS, S. (Organizadores). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 47-70, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: setor censitário de Vitória**, 2013 (estimativa).

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UGMF, 2008.
- LOPES, M. de F. Brincadeira no espaço da rua e a demarcação dos gêneros na infância. In: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 2, p. 1-9, jul/dec, 2009.
- LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Educação Pública**, vol. 22, n. 49/1, pp. 283-294, maio-agosto/2013.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e Cultura: algumas aproximações. IN: MARCELLINO, N. C. (Organizador). **Lazer e Cultura**. Campinas-SP, Editora Alínea, 2007.
- _____. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas-SP, Ed. Autores Associados, 1996.
- _____. **Lazer e Humanização**. Campinas: Editora Papius, 1983.
- MARCELLINO, N.; BARBOSA, F.; MARIANO, F. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. In: **Revista Impulso**. Piracicaba-SP, vol. 17(44), p. 55-66, 2006.
- MASCARENHAS, G. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. IN: MELO, V. A. de (Org.). **LAZER: olhares multidisciplinares**. Campinas-SP, Editora Alínea, p. 139-160, 2010.
- MEIRA, A. M. **A Cultura do Brincar: a infância contemporânea, o brincar e a cultura no espaço da cidade**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- PINTO, L. M. S. de M. Vivência Lúdica no Lazer: humanização pelos jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e Cultura**. Campinas-SP, Editora Alínea, p.171-194, 2007.
- Prefeitura Municipal de Vitória. **Projeto Terra**, 2006 (mimeo).
- SEABRA, O. C. de L. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. de F. A.; MARTINS, S. (Organizadores). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 129-146, 2008.
- TSCHOKE, A.; RECHIA, S. **O Lazer das Crianças no Bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia**. **Revista Brasileira da Ciência do Esporte**, v. 34, n. 2, p. 263-280, abr/jun 2012.